

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
UNIDADE TEÓFILO OTONI



PROCESSO SELETIVO – ESTÁGIO PÓS-GRADUAÇÃO
EDITAL DE ESTÁGIO Nº 002/2021



Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – Unidade Teófilo Otoni
Edital Estágio Pós-Graduação nº 002/2021

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 1. Acerca dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, assinale a opção correta.

- (A) Tratados e convenções internacionais recepcionados pela República Federativa do Brasil, em geral, têm *status* equivalente ao das emendas constitucionais.
- (B) Os direitos sociais relativos a educação, saúde, alimentação, trabalho e moradia constituem norma constitucional de conteúdo programático, razão por que não se pode exigir dos poderes públicos atuação no sentido de provê-los.
- (C) Os direitos e garantias individuais previstos no texto constitucional não são assegurados apenas às pessoas físicas brasileiras e estrangeiras residentes no país, alcançando também as pessoas jurídicas, como, por exemplo, no reconhecimento de indenização por danos morais por violação à imagem.
- (D) Em nome da proteção constitucional à privacidade, a quebra do sigilo de dados bancários, fiscais, ou informáticos de entes privados somente pode ser determinada por decisão judicial ou de comissão parlamentar de inquérito ou por requisição do Ministério Público.

QUESTÃO 2. Assinale a alternativa que NÃO se enquadra como direito e/ou garantia fundamental, tal qual previsto na Constituição Federal.

- (A) Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.
- (B) É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.
- (C) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
- (D) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, dependendo sempre de autorização da autoridade competente.



Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – Unidade Teófilo Otoni
Edital Estágio Pós-Graduação nº 002/2021

QUESTÃO 3. A Defensoria Pública é instituição:

- (A) Permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbida da defesa da ordem jurídica e do regime democrático.
- (B) Que representa o Estado, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar, as atividades de consultoria do Poder Executivo.
- (C) Essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma da Constituição.
- (D) Indispensável à administração da justiça, inviolável por seus atos e manifestações, exercente das funções fiscalizatórias e de controle externo.

QUESTÃO 4. Considerando a doutrina prevalente no direito brasileiro e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta a respeito da inviolabilidade do domicílio.

- (A) Não configura violação de domicílio a simples entrada, sem autorização do morador, de funcionários de concessionárias de serviços públicos para leitura de registros de água ou de luz localizados dentro da casa.
- (B) A ordem judicial para penetração no domicílio pode ser de cunho geral, para abranger num único mandado ordem para revistar várias casas de um logradouro ou vila.
- (C) Será considerada ilícita e contaminada a prova obtida por particular em desafio à inviolabilidade do domicílio, ainda que a invasão não tenha sido praticada por agentes do poder público.
- (D) Consideram-se abrangidas pela inviolabilidade domiciliar as partes abertas às pessoas em geral em bares e restaurantes.

QUESTÃO 5. “Nenhum homem livre será preso, aprisionado ou privado de uma propriedade, ou tornado fora da lei, ou exilado, ou de maneira alguma destruído, nem agiremos contra ele ou mandaremos alguém contra ele, a não ser por julgamento legal dos seus pares, ou pela lei da terra.”



Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – Unidade Teófilo Otoni
Edital Estágio Pós-Graduação nº 002/2021

Essa é a cláusula 39 da Magna Carta que foi aprovada na Inglaterra em 1215 para impedir o exercício do poder absoluto do monarca. O direito consagrado na Constituição da República de 1988, que é a expressão daquilo que está afirmado nessa cláusula, é o:

- (A) direito à igualdade.
- (B) direito à não discriminação.
- (C) direito de petição.
- (D) direito ao devido processo legal.

DIREITO CIVIL

QUESTÃO 6. Quanto ao direito de família, analise as afirmativas a seguir.

- I. A guarda compartilhada não exclui a fixação do regime de convivência e não implica ausência do pagamento de pensão alimentícia.
- II. Qualquer descendente possui legitimidade, por direito próprio, para propor o reconhecimento do vínculo de parentesco em face dos avós ou de qualquer ascendente de grau superior, ainda que o pai não tenha iniciado a ação de prova da filiação em vida.
- III. A obrigação alimentar dos avós tem natureza subsidiária, somente se configurando no caso de impossibilidade total de seu cumprimento pelos pais.
- IV. O cancelamento do pagamento de pensão alimentícia a filho que atingiu a maioridade está sujeito à decisão judicial, mediante contraditório, ainda que nos próprios autos.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.



Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – Unidade Teófilo Otoni
Edital Estágio Pós-Graduação nº 002/2021

QUESTÃO 7. Assinale a alternativa correta sobre os alimentos.

- (A) Os alimentos gravídicos são devidos pelo suposto pai, à mulher gestante, bastando a existência de indícios de paternidade para sua fixação.
- (B) Sendo várias as pessoas obrigadas a prestar alimentos, a obrigação é, em regra, solidária.
- (C) É nula de pleno direito a renúncia aos alimentos, realizada por um dos cônjuges, em ação de divórcio.
- (D) Fixados os alimentos judicialmente, sua redução ou majoração somente poderá ser pleiteada após decorridos 6 (seis) meses da fixação.

QUESTÃO 8. A Lei nº 13.146/2015 (estatuto da pessoa com deficiência) produziu, entre outras, as seguintes alterações no atual Código Civil:

- I. Extinguiu a curatela e garantiu um sistema educacional inclusivo.
- II. Desatrelou os conceitos de incapacidade e de pessoa com deficiência.
- III. Facultou a adoção do processo de Tomada de Decisão Apoiada.
- IV. Garantiu à pessoa com deficiência o direito de votar e ser votada.

Das proposições acima:

- (A) Todas estão corretas;
- (B) I e II estão corretas;
- (C) II e III estão corretas;
- (D) III e IV estão corretas.

QUESTÃO 9. A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que contém o Estatuto da Criança e do Adolescente, dispõe, no Art. 53, que “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho [...]” (BRASIL, 1990).

São direitos da criança e adolescente previstos no referido artigo, EXCETO:

- (A) Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.



Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – Unidade Teófilo Otoni
Edital Estágio Pós-Graduação nº 002/2021

- (B) Acesso à escola onde houver vaga disponível, mesmo que não seja próxima de sua residência.
- (C) Direito de ser respeitado por seus educadores.
- (D) Direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores.

QUESTÃO 10. Conforme a Constituição da República e o Código Civil Brasileiro, observada a supremacia da norma constitucional, analise as seguintes afirmativas a respeito da União Estável:

- I. A união estável configura-se na convivência pública, contínua e duradoura, com o ânimo dos companheiros de constituir família.
- II. Para a caracterização da união estável não se exige um prazo mínimo de convivência dos companheiros, nem que tenham habitação comum.
- III. Na união estável, aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime de comunhão parcial de bens, salvo contrato escrito entre os companheiros.
- IV. A união estável não se constituirá se ocorrer algum dos impedimentos matrimoniais, mas a pessoa casada, achando-se separada de fato ou judicialmente, pode ser partícipe de união estável.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 11. Assinale a alternativa que corresponde à definição do princípio da efetividade do processo.



Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – Unidade Teófilo Otoni
Edital Estágio Pós-Graduação nº 002/2021

- (A) Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.
- (B) Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.
- (C) As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa.
- (D) Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.

QUESTÃO 12. O Estado de Minas Gerais ajuizou ação possessória contra um grande número de pessoas que ocupam área pública, dentre as quais algumas apresentam situação de hipossuficiência econômica. Neste caso, a participação da Defensoria Pública:

- (A) É obrigatória e não se dá por meio de representação, mas pela atuação no nome da própria Instituição, como forma atípica de intervenção em prol de todos os hipossuficientes.
- (B) é dispensável se os demandados estiverem adequadamente representados em juízo por advogado particular.
- (C) Deve se limitar à representação em juízo de pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, havendo vedação expressa em lei quanto à ampliação do conceito de vulnerabilidade.
- (D) É forma de intervenção de *amicus curiae*, com as limitações recursais impostas pela lei em tal caso.

QUESTÃO 13. Consoante o artigo 185 do Código de Processo Civil de 2015, a Defensoria Pública exercerá a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos dos necessitados, em todos os graus, de forma integral e gratuita. Sobre a Defensoria Pública o mencionado Código estabelece também que:

- (A) A requerimento da Defensoria Pública, o juiz determinará a intimação pessoal da parte patrocinada quando o ato processual depender de informação que somente por ela possa ser prestada.



Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – Unidade Teófilo Otoni
Edital Estágio Pós-Graduação nº 002/2021

- (B) A Defensoria Pública gozará de prazo simples para todas as suas manifestações processuais, em homenagem ao princípio da celeridade processual.
- (C) O membro da Defensoria Pública não poderá ser civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.
- (D) Aplica-se o benefício da contagem em dobro mesmo quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para a Defensoria Pública.

QUESTÃO 14. Manoel foi condenado, por sentença judicial transitada em julgado, a pagar prestação alimentícia de um salário-mínimo em favor de seu filho incapaz, Joaquim. Após ficar inadimplente por 3 meses, foi requerido o cumprimento da sentença no mesmo processo. Nesse cenário, Manoel será:

- (A) Citado para pagar o débito em 15 dias, provar que já pagou ou justificar a impossibilidade do pagamento, sob pena de multa e de honorários advocatícios de 10%;
- (B) Intimado para pagar o débito em 3 dias, provar que já pagou ou justificar a impossibilidade do pagamento, sob pena de protesto do pronunciamento judicial e prisão civil;
- (C) Citado para oferecer impugnação, no prazo de 15 dias, sob pena de protesto do pronunciamento judicial e prisão civil;
- (D) Intimado para pagar o débito em 48 horas, provar que já pagou ou justificar a impossibilidade do pagamento, sob pena de prisão civil.

QUESTÃO 15. A respeito da gratuidade da justiça para brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil, assinale a opção correta.

- (A) A gratuidade de justiça abrange o pagamento das multas processuais impostas contra o seu beneficiário, que pode ser pessoa natural ou jurídica, nesse último caso, se não tiver havido desconsideração da personalidade jurídica.
- (B) A gratuidade de justiça afasta a responsabilidade de pagamento dos honorários advocatícios decorrentes da sucumbência do seu beneficiário.
- (C) Como decorre de direito pessoal, a gratuidade de justiça se estende aos sucessores do beneficiário.



Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – Unidade Teófilo Otoni
Edital Estágio Pós-Graduação nº 002/2021

(D) A decisão a respeito das custas processuais de agravo de instrumento interposto contra o indeferimento da gratuidade de justiça deve ser tomada preliminarmente ao julgamento do mérito recursal.

DIREITO PENAL

QUESTÃO 16. Avalie as seguintes situações de acordo com os critérios de aplicação do princípio da insignificância e jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça:

- I.** O Ministério Público promoveu o arquivamento de inquérito policial pela prática de crime de sonegação de impostos no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), pelo princípio da insignificância;
- II.** O Ministério Público denunciou João, primário, pelo furto de uma garrafa de pinga no valor de R\$ 15,00 (quinze reais) de uma rede de supermercado, após ele recusar a celebração de acordo de não persecução penal.

Nestas situações:

- (A)** O Ministério Público agiu corretamente ao não promover o arquivamento com relação ao crime de furto (situação II), já que se trata de delito de grande periculosidade social.
- (B)** O princípio da insignificância exclui a antijuridicidade da conduta. Assim, a conduta de sonegar impostos, embora típica, torna-se jurídica se os valores forem baixos.
- (C)** A diferença de tratamento entre as situações pode servir para demonstrar a atuação seletiva do sistema de justiça criminal.
- (D)** O Ministério Público não poderia promover o arquivamento com relação ao crime de sonegação (situação I), já que o valor não é insignificante. Assim, o juiz deverá provocar a revisão da decisão de arquivamento.



Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – Unidade Teófilo Otoni
Edital Estágio Pós-Graduação nº 002/2021

QUESTÃO 17. Adriano, pessoa em situação de rua, com vinte anos de idade e reincidente, no dia 25 de setembro de 2010 foi preso em flagrante após subtrair, juntamente com um conhecido, uma carteira contendo R\$ 10,00 (dez reais), dizendo: “perdeu, perdeu”. Em audiência de custódia, obteve liberdade provisória em seu favor.

No dia 29 de setembro de 2010 foi denunciado pela prática de crime de roubo, em concurso de agentes (artigo 157, § 2º, inciso II, do Código Penal), sendo a denúncia recebida na mesma data. Após regular instrução do processo, em 29 de setembro de 2013 foi proferida sentença condenando Adriano às penas de 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, em regime inicial fechado, e pagamento de 13 (treze) dias-multa. A sentença foi proferida em audiência, as partes renunciaram aos recursos e foi certificado o trânsito em julgado na mesma data. Expedido mandado de prisão, Adriano foi preso no dia 30 de setembro de 2021.

Considerando os prazos prescricionais do Código Penal:

- (A) A prescrição da pretensão punitiva ocorreu entre o recebimento da denúncia e a prolação de sentença condenatória, uma vez que Adriano era menor de vinte e um anos e transcorrido o prazo de 03 (três) anos.
- (B) Verificou-se a prescrição da pretensão executória em 29 de setembro de 2021. Assim, a punibilidade de Adriano deverá ser declarada extinta.
- (C) Não ocorreu a prescrição da pretensão punitiva ou executória entre os marcos interruptivos, considerando o montante da pena cominada. Assim, Adriano deverá iniciar o cumprimento de pena no regime adequado.
- (D) Não ocorreu a prescrição da pretensão executória, uma vez que o prazo permaneceu suspenso, pois Adriano ficou foragido durante oito anos.

QUESTÃO 18. Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Compete ao direito penal atender os anseios sociais de punição para pacificar conflitos.
- (B) O recurso à pena no direito penal garantista está condicionado ao princípio da máxima intervenção, máximas garantias.
- (C) Cabe ao direito penal limitar a violência da intervenção punitiva do Estado.



Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – Unidade Teófilo Otoni
Edital Estágio Pós-Graduação nº 002/2021

(D) O discurso jurídico-penal de justificação deve se pautar na ampla possibilidade de solução dos conflitos pelo direito penal.

QUESTÃO 19. Suponha que, para se defender da injusta agressão de Abel, Braz desfira tiros em direção ao agressor, mas erre e atinja letalmente Caio, terceiro inocente. Nessa situação:

- (A) A legítima defesa não alcança a situação descrita, pois Caio não foi o autor da agressão.
- (B) É possível o reconhecimento de legítima defesa por Braz mesmo com relação ao resultado contra Caio, visto que ela permanece intocável, desde que demonstrados os requisitos legais.
- (C) Como Abel foi o autor da agressão que motivou a ação de Braz, ele poderá ser responsabilizado pelo resultado morte;
- (D) A legítima defesa, causa excludente da tipicidade da conduta, é caracterizada quando se repele, por qualquer meio, injusta agressão, atual, iminente ou futura, a direito seu ou de outrem.

QUESTÃO 20. Edmundo, pessoa de grandes riquezas, foi condenado definitivamente a pena privativa de liberdade e encontra-se cumprindo pena no Presídio de Teófilo Otoni, em regime fechado, tendo alcançado lapso para progressão de regime.

Durante inspeção à unidade prisional realizada pela Defensoria Pública, Edmundo solicita atendimento, informando que possui advogado constituído e que deseja pleitear sua progressão de regime. Nesse caso:

- (A) O(a) Defensor(a) Público(a) responsável pelo atendimento deverá encaminhar a demanda ao advogado constituído, para as providências que julgar pertinentes.
- (B) A Defensoria Pública poderá atuar para a solicitação do benefício de progressão de regime, sem prejuízo à nomeação e atuação do advogado constituído, devendo obter procuração para a prática do ato específico.
- (C) Já que Edmundo dispõe de recursos financeiros e tem advogado constituído, a Defensoria Pública deverá declinar sua atuação, sob pena de violação de deveres funcionais e ofensa ao Código de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.



Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – Unidade Teófilo Otoni
Edital Estágio Pós-Graduação nº 002/2021

(D) A Defensoria Pública poderá atuar no caso, independentemente da relação com o advogado constituído, na qualidade de órgão da execução penal.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO 21. Com base nas normas previstas no CPP para o *habeas corpus*, assinale a opção correta.

- (A) Não cabe *habeas corpus* para discutir a ocorrência de nulidade processual.
- (B) O *habeas corpus* poderá ser impetrado por qualquer pessoa, em seu favor ou de outrem, bem como pelo Ministério Público.
- (C) Os juízes e os tribunais não têm competência para expedir de ofício ordem de *habeas corpus* quando verificarem que alguém sofre ou está na iminência de sofrer coação ilegal.
- (D) Ordenada a soltura do paciente em virtude de *habeas corpus*, não será condenada nas custas a autoridade coatora, mesmo que tiver determinado a coação por má-fé ou evidente abuso de poder.

QUESTÃO 22. Tício foi denunciado pela prática de crime de aborto, sem consentimento da gestante. Ao final da primeira fase do procedimento bifásico do Tribunal do Júri, entendeu o magistrado pela pronúncia de Tício. Em face dessa decisão caberá ao Defensor Público interpor:

- (A) Recurso em sentido estrito no prazo simples de 10 dias
- (B) Apelação no prazo em dobro de 10 dias
- (C) Recurso em sentido estrito no prazo em dobro de 10 dias
- (D) Apelação no prazo simples de 5 dias

QUESTÃO 23. Durante investigação da prática de crime grave, antes do oferecimento da denúncia, ao receber o inquérito policial ainda não relatado apenas com solicitação de novo prazo para diligências, o Promotor de Justiça encaminha, ao Poder Judiciário, promoção com requerimento apenas de busca e apreensão residencial em desfavor de João, indiciado. Considerando que João era reincidente na prática de crimes, o juiz



Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – Unidade Teófilo Otoni
Edital Estágio Pós-Graduação nº 002/2021

entendeu por deferir a busca e apreensão, mas também por decretar a prisão preventiva do indiciado, sem manifestação do Ministério Público sobre o tema.

Com base apenas nas informações narradas, de acordo com as previsões do Código de Processo Penal, é correto afirmar que a prisão preventiva é:

- (A) Legal e desnecessária, tendo em vista que as diversas condenações anteriores não podem fundamentar risco de reiteração delitiva, cabendo revogação da prisão;
- (B) Legal e necessária, tendo em vista que a lei admite que a prisão preventiva seja decretada de ofício pela autoridade judicial e o risco de reiteração pode ser constatado pelas condenações anteriores;
- (C) Ilegal, pois não cabe prisão preventiva durante as investigações, mas tão só prisão temporária, mesmo com requerimento do Ministério Público, cabendo revogação da prisão;
- (D) Ilegal, tendo em vista que não poderia ter sido decretada de ofício na hipótese, cabendo relaxamento da prisão;

QUESTÃO 24. Ana e seu namorado Romeu, enquanto estavam no cinema, iniciaram uma discussão em razão de ciúmes, não se conformando Romeu com o fato de Ana ter cumprimentado Jorge, seu colega de trabalho. Durante a discussão, Romeu ameaçou sua namorada de morte. Ana, inconformada com a conduta daquele com quem mantinha relacionamento há mais de três anos, comparece à Delegacia e narra o ocorrido.

Sobre a situação narrada e as previsões da Lei nº 11.340/06, é correto afirmar que:

- (A) O juiz, através de medidas protetivas de urgência requeridas por quem de direito, poderá determinar a proibição de contato e aproximação com a vítima, mas não a suspensão de posse regular de arma de fogo ou afastamento do lar quando as partes convivam;
- (B) Os crimes de ação penal pública condicionada à representação, quando praticados no contexto da Lei nº 11.340/06, admitem a retratação do direito de representação, desde que antes do recebimento da denúncia, em audiência especial, na presença do juiz e ouvido o Ministério Público;
- (C) A ofendida deverá ser intimada das audiências que precisa comparecer, não sendo necessária, porém, sua notificação dos demais atos processuais, das decisões sobre medidas protetivas ou ingresso e saída do autor do fato da prisão.



Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – Unidade Teófilo Otoni
Edital Estágio Pós-Graduação nº 002/2021

(D) Aos crimes praticados no contexto da Lei nº 11.340/06 não se admite composição civil dos danos ou transação penal, tão só sendo possível proposta de suspensão condicional do processo;

QUESTÃO 25. Tício foi preso em flagrante delito, pela prática do crime de tráfico de entorpecentes. Na fase policial, ele usou do seu direito constitucional de permanecer em silêncio. Após ser denunciado, em seu interrogatório judicial, alegou ser apenas usuário, relatando que estava no local para adquirir entorpecentes. Já os Policiais Militares responsáveis pela prisão disseram que abordaram Tício porque ele estava em atitude suspeita, mas esclareceram não terem visto qualquer ato de mercancia nem qualquer pessoa próxima a ele. Afirmaram, ainda, que ficaram com dúvidas sobre a prática do crime de tráfico, pela pequena quantidade de droga apreendida, porém, tendo em vista que Tício teria lhes confessado informalmente que estava traficando no local, tiveram certeza sobre a sua responsabilidade penal, o que não foi relatado nos autos. Diante disso, o Magistrado que julgou a causa condenou Tício, pela prática do crime de Tráfico de Entorpecentes, à pena de 1 (um) ano e 8 (oito) meses de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado, em razão da gravidade da conduta. A condenação proferida está:

- (A)** Incorreta, uma vez que a confissão informal somente tem algum valor diante de sua formal introdução nos autos, o que não ocorreu no caso citado.
- (B)** Incorreta, somente em relação ao regime prisional aplicado, já que a gravidade da conduta, por si só, não autoriza a fixação do regime fechado.
- (C)** Correta, visto que o artigo 155 do Código de Processo Penal autoriza condenações com base nos elementos informativos colhidos no Inquérito Policial, desde que em cotejo com as provas produzidas em juízo, o que ocorreu no caso citado, já que os policiais confirmaram a confissão informal.
- (D)** Correta, já que cabia à defesa demonstrar que os policiais queriam incriminar falsamente o réu, pois o depoimento dos policiais goza de presunção de veracidade.



Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – Unidade Teófilo Otoni
Edital Estágio Pós-Graduação nº 002/2021

QUESTÃO DISCURSIVA

Discorra sobre o papel da Defensoria Pública na defesa e proteção dos direitos fundamentais, à luz das normas da Constituição de 1988.